



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



**PROJETO DE LEI Nº 116 /2022**

**APROVADO  
AO EXPEDIENTE**  
Sala das Sessões 01/08/22

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**PROTOCOLADO**  
Em 11/08/22  
Sob nº 824/2022  
107  
130222

Súmula: "Revoga a Lei Municipal nº 3.236/2022 na parte que menciona, concede efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018, altera seus dispositivos, e dá outras providências."

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO,**  
*Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colider aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

**Art. 1º.** Fica revogado o inciso II, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.236/2022.

**Art. 2º.** Fica concedido efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018.

**Art. 3º.** O art. 3º, da Lei Municipal nº 3.015/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. A entidade beneficiada pela cessão de que trata esta Lei, terá o prazo de 06 (seis) meses para dar início às obras de edificação, e o prazo de 04 (quatro) anos para início das atividades terapêuticas, ambos contados de 12/11/2018, sob pena de reversão da cessão, não fazendo jus a qualquer indenização pelas benfeitorias implantadas nos imóveis públicos cedidos, tudo verificado em regular processo administrativo, onde deverá ser garantido o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



§ 1º. Os prazos estabelecidos no *caput* poderão ser prorrogados a critério do Poder Executivo Municipal, desde que demonstrado o cumprimento das condicionantes legais e contratuais.

§ 2º. A cessão de que trata esta Lei, será instrumentalizada em termo próprio, o qual estabelecerá os direitos e obrigações das partes signatárias, bem como outros prazos à serem respeitados à critério do Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE JULHO DE 2022.

HEMERSON	Assinado de forma digital
LOURENCO	por HEMERSON LOURENCO
MAXIMO:0225803216	MAXIMO:02258032164
4	Dados: 2022.07.08 12:41:07
	-04'00'

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**  
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Câmara Municipal de Colíder**

Projeto de Lei nº 116/2022  
Mensagem nº 040/2022  
Autoria: Poder Executivo

**LEI \_\_\_\_\_**

**Súmula: “Revoga a Lei Municipal nº 3.236/2022 na parte que menciona, concede efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018, altera seus dispositivos, e dá outras providências.”**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder **aprovou** e ele **sanciona** a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica revogado o inciso II, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.236/2022.

**Art. 2º.** Fica concedido efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018.

**Art. 3º.** O art. 3º, da Lei Municipal nº 3.015/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. A entidade beneficiada pela cessão de que trata esta Lei, terá o prazo de 06 (seis) meses para dar início às obras de edificação, e o prazo de 10 (dez) anos para início das atividades terapêuticas, ambos contados de 01/08/2022, sob pena de reversão da cessão, não fazendo jus a qualquer indenização pelas benfeitorias implantadas nos imóveis públicos cedidos, tudo verificado em regular processo administrativo, onde deverá ser garantido o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Câmara Municipal de Colíder**

§ 1º. Os prazos estabelecidos no *caput* poderão ser prorrogados a critério do Poder Executivo Municipal, desde que demonstrado o cumprimento das condicionantes legais e contratuais.

§ 2º. A cessão de que trata esta Lei, será instrumentalizada em termo próprio, o qual estabelecerá os direitos e obrigações das partes signatárias, bem como outros prazos à serem respeitados à critério do Poder Executivo Municipal.

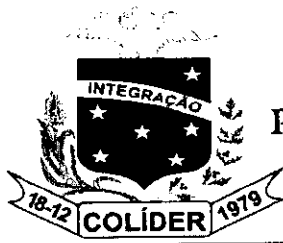
**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder- MT, em 01 de agosto de 2022

ANA FLAVIA  
RODRIGUES  
RAMIRO:0777869799  
8

Assinado de forma digital  
por ANA FLAVIA RODRIGUES  
RAMIRO:07778697998  
Dados: 2022.08.04 08:52:59  
-04'00'

VER<sup>a</sup>. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO  
PRESIDENTE



## MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 40/2022

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Vereadores e Vereadoras!

### I – DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Com os mais sinceros e renovados cumprimentos, é que me dirijo a esta respeitável Casa de Leis, para pedir a aprovação do anexo **Projeto de Lei**, o qual é de nossa lavra, e cuja súmula é a seguinte: **“Revoga a Lei Municipal nº 3.236/2022 na parte que menciona, concede efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018, altera seus dispositivos, e dá outras providências.”**

Para melhor facilitar a compreensão das matérias objeto da proposição aqui apresentada, e até pela técnica legislativa adotada, passamos a expor separadamente cada uma das disposições para as quais pedimos a aprovação:

#### **1. Proposta de revogação do inciso II, do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.236/2022 (art. 1º do Projeto de Lei).**

A Lei Municipal nº 3.236/2022, recentemente aprovada nesta Casa de Leis, por força de seu art. 1º, incisos I e II, autorizou o Poder Executivo Municipal a transferir 02 (dois) Imóveis Urbanos para o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN, sendo:

*I - Um imóvel urbano, situado nesta cidade e comarca de Colider, Estado de Mato Grosso, correspondente ao Lote nº 08, da Quadra nº 091, bairro centro, Travessa dos Bandeirantes, nº 139, com área superficial de 1.190,93 m² (mil, cento e noventa metros quadrados e noventa e três decímetros quadrados), registrado sobre a matrícula de número 18.590 no Cartório de Registro de Imóveis dessa comarca, proprietária PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER.*

*II - Um imóvel urbano, situado nesta cidade e comarca de Colider, Estado de Mato Grosso, correspondente ao Lote nº 13, da Quadra nº 004, bairro Residencial de*



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



*Chácaras Bela Vista, rua mirante, nº 139 com área superficial de 5.498,98 m² (Cinco mil, quatrocentos e noventa e oito metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados), registrado sobre a matrícula de número 28.014 no cartório de registro de imóveis dessa comarca, proprietário MUNICÍPIO DE COLIDER.*

Ocorre, que após ser aprovada a Lei em questão, constatou-se que o Imóvel Urbano descrito no inciso II, não poderia ter sido objeto de autorização legal para transferência ao DETRAN, pois encontrava-se vinculado a uma cessão de uso em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Colider, por força da Lei Municipal nº 3.015/2018, sendo que tal entidade até mesmo deu início às obras de edificação na forma condicionada na citada legislação, para a cessão de uso.

Diante disso, e até para não se cometer injustiça com a entidade associativa, optou-se então por revogar parte da legislação que autorizou a transferência imobiliária, preservando-se a cessão outrora feita à APAE de Colider, contudo, a questão não se mostra tão simples como parece, senão vejamos.

**2. Proposta de concessão de efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018 (art. 2º do Projeto de Lei).**

Antes de mais nada, é necessário explicar objetivamente o que significa repristinar.

Em técnica legislativa, **repristinar** significa restaurar, revalidar, trazer de volta, ou seja, por **efeito repristinatório**, entende-se o ato legal de trazer de volta uma norma outrora revogada, ao seu uso, como se nunca tivesse sido ela expurgada do ordenamento jurídico.

Pois bem.

No caso concreto, muito embora a recente legislação autorizativa da transferência de Imóveis Urbanos ao DETRAN (Lei Municipal nº 3.236/2022) não tenha sido expressa e específica para revogar a Lei Municipal nº 3.015/2018, que anteriormente havia promovido a cessão da mesma área em favor da APAE de Colider, ela fez constar em seu art. 2º:



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

[destaquei]

Aqui entendemos que embora não tenha sido expressa e taxativa a Lei Municipal nº 3.236/2022, para revogar a Lei Municipal nº 3.015/2018, tal revogação se operou no plano jurídico, **pois a norma mais recente revogou todas as anteriores disposições que lhe fossem contrárias**, fazendo que com isso ficasse consequentemente revogada, a anterior legislação que tratava da mesma matéria por ela abordada, tirando assim do ordenamento jurídico, a Lei Municipal nº 3.015/2018, que tratou outrora da cessão do mesmo Imóvel Urbano à APAE de Colider.

Temos que entender pela revogação ainda que tácita de uma norma pela outra (a norma mais recente revogando a norma mais antiga), pois senão incorreríamos em **antinomia**, que nada mais é, do que o conflito e a contradição entre duas normas de igual hierarquia.

Portanto, o que se pretende agora, é o simples reestabelecimento dos efeitos, ou seja, a “volta à vida”, da Lei Municipal nº 3.015/2018, que foi revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 3.236/2022, na forma antes explicada.

**3. Proposta de alteração do art. 3º, da Lei Municipal nº 3.015/2018 (art. 3º do Projeto de Lei).**

Aqui a intenção é apenas o elastecimento do prazo que inicialmente foi conferido à APAE de Colider, para a edificação de obras e início das atividades terapêuticas no Imóvel Urbano de que trata a Lei Municipal nº 3.015/2018, conforme o inicialmente autorizado, e, ainda, o estabelecimento da forma pela qual deverá ser instrumentalizada a cessão que já foi legalmente autorizada.

Trata-se, pois, de garantir um pouco mais de tempo à entidade beneficiada (APAE), para que possa desempenhar o que for necessário, e, ainda, garantir que detalhes e prazos sejam tratados em um instrumento adequado para tanto, que é o termo de cessão a ser confeccionado oportunamente.



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei ora apresentado se reveste de interesse público e visa atender aos anseios da população, razão pela qual pedimos sua aprovação.

## **II – DA URGÊNCIA NA APROVAÇÃO**

Temos especial urgência na aprovação da proposta ora apresentada, e, por isso mesmo, requeremos a tramitação e finalização do processo legislativo no prazo mais exíguo possível, uma vez que após a aprovação do Projeto de Lei e a sanção propriamente dita, há ainda a necessidade de implementarmos as medidas administrativas de cunho burocrático visando o aperfeiçoamento da cessão imobiliária, sempre visando a efetivação do comando normativo, para que assim possamos colocar em prática a legislação aprovada, fazendo com que a mesma surta todos os efeitos esperados e dentro dos prazos legalmente previstos.

E é justamente nesta esteira de necessidade e exiguidade de tempo Senhores e Senhoras Parlamentares, que **pedimos a aprovação desta proposição em REGIME DE URGÊNCIA**, na forma do art. 105 da Lei Orgânica Municipal, e do art. 125, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno da Câmara Municipal, acreditando sempre no elevado espírito público e de compromisso que sempre permeou os trabalhos deste Parlamento Municipal.

Com os melhores cumprimentos, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração a cada um dos legisladores municipais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE JULHO DE 2.022.

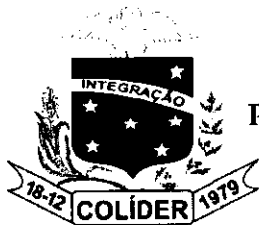
HEMERSON  
LOURENCO

MAXIMO:02258032164

Assinado de forma digital  
por HEMERSON LOURENCO  
MAXIMO:02258032164  
Dados: 2022.07.08 10:46:28  
-04'00'

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**  
PREFEITO MUNICIPAL





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



Autoria: Poder Executivo

## LEI Nº 3236/2022

**SÚMULA:** "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR IMÓVEIS URBANOS PARA O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN, LOCALIZADAS NESTE MUNICÍPIO E COMARCA DE COLIDER-MT".

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**  
*Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colider aprovou e eu sanciono a seguinte lei:*

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à desafetação e transferência mediante a doação ao Departamento Estadual De Trânsito do Estado de Mato Grosso, inscrito sob o CNPJ Nº 03.829.702/0001-70, 02 (duas) áreas públicas municipais, abaixo relacionadas:

- I- Um imóvel urbano, situado nesta cidade e comarca de Colider, Estado de Mato Grosso, correspondente ao Lote nº 08, da Quadra nº 091, bairro centro, Travessa dos Bandeirantes, nº 139, com área superficial de 1.190,93 m² (mil, cento e noventa metros quadrados e noventa e três decímetros quadrados), registrado sobre a matrícula de número 18.590 no Cartório de Registro de Imóveis dessa comarca, proprietária PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER.
- II- Um imóvel urbano, situado nesta cidade e comarca de Colider, Estado de Mato Grosso, correspondente ao Lote



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT  
CNPJ: 15.023.930/0001-38



nº 13, da Quadra nº 004, bairro Residencial de Chácaras Bela Vista, rua mirante, nº 139 com área superficial de 5.498,98 m<sup>2</sup> (Cinco mil, quatrocentos e noventa e oito metros quadrados e noventa e oito décimos quadrados), registrado sobre a matrícula de número 28.014 no cartório de registro de imóveis dessa comarca, proprietário MUNICÍPIO DE COLIDER.

**Art. 2 °** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, 29 DE JUNHO DE 2.022.

HEMERSON  
LOURENCO  
MAXIMO:02258032  
164

Assinado de forma digital  
por HEMERSON LOURENCO  
MAXIMO:02258032164  
Dados: 2022.06.29 16:19:28  
-04'00'

**HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT**  
**CNPJ: 15.023.930/0001-38**



**Projeto de Lei nº 123/2018**  
**Autoria: Poder Executivo**

**LEI Nº 3015/2018**

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A CESSÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais, e em obediência à Constituição Federal, Constituição do Estado, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município e demais legislações, faz saber que a Câmara Municipal de Colider/MT., aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o terreno público denominado de **Lote Urbano de nº. 13, da Quadra nº 04**, da Planta Oficial do Município, com área total de 5.498,98 m<sup>2</sup>, (cinco mil quatrocentos e noventa e oito e noventa e oito ) **localizado no Residencial de Chácara Bela Vista I**, Limites e dimensões: **Frete :45,31 m – Rua Mirante Fundo:13,70m – Parte “D” da Chácara Bela Vista, 20,86m e 4,25m – Lote 745 da Gleba Cafezal Lado Direito:37,48m- Lote 746 da Gleba Cafezal e 60,86m – Lote 745 da Gleba Cafezal; Lado Esquerdo:136,00 m- Lote nº12,14 e Rua Sol Poente** conforme Memorial Descritivo que passa a fazer parte integrante desta Lei, à **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER**, com sede na Rua Luiz Aldorí Neves Fernandes, 771, inscrita no CNPJ sob nº 01.301.167/0001-55

**Artigo 2º** - O terreno público, objeto da cessão de que trata esta lei, será destinado, obrigatoriamente, para desenvolver atividades terapêuticas e ocupacionais, compreendendo a **EQUOTERAPIA** e outras congêneres em benefício dos educandos.

**Artigo 3º** - A **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER** terá um prazo de 06 (seis) meses para dar início às obras de edificação, e o prazo de 02 (dois) anos para início das atividades terapêuticas, sob pena de reversão da cessão, não fazendo jus a qualquer indenização pelas benfeitorias implantadas nos imóveis públicos cedidos por força desta lei.

**Artigo 4º** - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 12 de novembro de 2018.

**NOBORU TOMIYOSHI**  
Prefeito Municipal de Colider-MT

Travessa dos Parecis, 85 Setor Leste – Centro – 76500-000 Colider MT Tel. (66) 3541-6300  
[www.colider.mt.gov.br](http://www.colider.mt.gov.br)



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Câmara Municipal de Colíder**

**PARECER JURÍDICO Nº 116/2022**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 116/2022**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**INTERESSADO: CÂM. DE VEREADORES**

**SÚMULA: “REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.236/2022 NA PARTE QUE MENCIONA, CONCEDE EFEITO REPRISTINATÓRIO À LEI MUNICIPAL Nº 3.015/2018, ALTERA SEUS DISPOSITIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Por deliberação da Ilustre Presidente desta Casa Legislativa, cumpre a esta Assessoria Jurídica exarar Parecer acerca do Projeto de Lei nº 116/2022, que **“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.236/2022 NA PARTE QUE MENCIONA, CONCEDE EFEITO REPRISTINATÓRIO À LEI MUNICIPAL Nº 3.015/2018, ALTERA SEUS DISPOSITIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, que é competência privativa do prefeito municipal legislar sobre assunto de interesse local.

No mesmo sentido temos a Lei Orgânica do Município de Colíder, precisamente em seu artigo 102, inciso II, diz que:

*“Art. 102. são de iniciativa privada do Prefeito Municipal, as leis que disponham sobre: (...)*

*Inciso II – organização administrativa, matéria tributária, orçamentária e serviços públicos”.*



ESTADO DE MATO GROSSO  
**Câmara Municipal de Colíder**

Portanto, como se vê, trata-se de matéria que dispõe sobre a organização administrativa, ou seja, doação e/ou revogação de doação de imóvel urbano a entidade.

A matéria tratada na proposta legislativa em voga pode e deve ser recepcionada através de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, assim como apresentado, de maneira que não há vício de iniciativa.

Os dispositivos não confrontam com a legislação em vigor, de forma que acobertados pela constitucionalidade.

Recomendo, por tais motivos, que o Projeto de Lei seja baixado às Comissões para que se manifestem a respeito, em obediência aos dispositivos do Regimento Interno e, em sendo os pareceres favoráveis, restará o julgamento político.

É o Parecer. S.M.J.  
Colíder - MT., 11 de julho de 2022.

  
**FREDERICO STECCA CIONI**  
Assessor Jurídico



ESTADO DE MATO GROSSO  
Câmara Municipal de Colíder

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 116/2022**  
**Autor: Poder Executivo**

Súmula: "Revoga a Lei Municipal nº 3.236/2022 na parte que menciona, concede efeito repristinatório à Lei Municipal nº 3.015/2018, altera seus dispositivos, e dá outras providências."

PARECER,

Analisando o Projeto de Lei acima especificado, seu aspecto jurídico constitucional, observado o Parecer Jurídico, esta Comissão resolve manifestar Parecer FAVORÁVEL à sua tramitação.

É o parecer sub censura.

Colíder-MT., 01/08/2022

Presidente - VER. EULER BORGES

Vice-presidente - VER. RITA MATOS


Relator - VER. MARCELO CANOVA

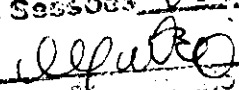


Estado de Mato Grosso

## Câmara Municipal de Colíder

"Plenário das Deliberações"

<b>PROTOCOLADO</b>  Sob. Nº <u>826/2022</u>  Em, <u>27/07/2022</u>   1º Secretário/a	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input checked="" type="checkbox"/> Emenda ao PL 116/2022	<b>Nº 01/22 - PL116</b>
Autoria: Verª Ana Flávia Rodrigues Ramiro – Presidente		

**APROVADO**  
**AO EXPEDIENTE**  
Sala das Sessões, 01/08/22  


### EMENDA MODIFICATIVA

1. No artigo 3º do projeto de Lei nº116/2022, que altera o art. 3º da Lei nº 3.015/2018:...

Onde se lê: "...04 (quatro) anos..." Leia-se 10 (dez) anos...";

Onde se lê: "...12/11/2018..." Leia-se: "...01/08/2022..."

Sala das Sessões, em 27/07/2022

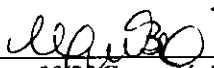
  
VERª. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO  
PRESIDENTE

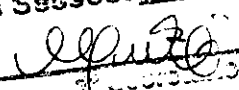


Estado de Mato Grosso

## Câmara Municipal de Colíder

"Plenário das Deliberações"

<b>PROTOCOLADO</b>  Sob. Nº <u>826/2022</u>  Em, <u>27/07/2022</u>   1º Secretário/a	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input checked="" type="checkbox"/> <b>Emenda ao PL 116/2022</b>	<b>Nº 01/22 - PL116</b>
<b>Autoria: Verª Ana Flávia Rodrigues Ramiro – Presidente</b>		

**APROVADO**  
**AO EXPEDIENTE**  
Sala das Sessões, 01/08/22  


### EMENDA MODIFICATIVA

1. No artigo 3º do projeto de Lei nº116/2022, que altera o art. 3º da Lei nº 3.015/2018:...

Onde se lê: "...04 (quatro) anos..." Leia -se 10 (dez) anos..." ;

Onde se lê: "...12/11/2018..." Leia -se: "...01/08/2022..."

Sala das Sessões, em 27/07/2022

  
VERª. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO  
PRESIDENTE





Estado de Mato Grosso

## Câmara Municipal de Colíder

"Plenário das Deliberações"

<b>PROTOCOLADO</b>  Sob. Nº <u>8261/2022</u>  Em, <u>27 / 07 / 2022</u>   <u>1º Secretário/a</u>	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei <input type="checkbox"/> Projeto Decreto Legislativo <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução <input type="checkbox"/> Requerimento <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Moção <input checked="" type="checkbox"/> Emenda ao PL 116/2022	<b>Nº 01/22 -PL116</b>
<b>Autoria: Verª Ana Flávia Rodrigues Ramiro – Presidente</b>		

**APROVADO**  
**AO EXPEDIENTE**  
Sala das Sessões 01 / 08 / 22  
  
ANAPROVADO

### EMENDA MODIFICATIVA

1. No artigo 3º do projeto de Lei nº116/2022, que altera o art. 3º da Lei nº 3.015/2018:...

Onde se lê: "...04 (quatro) anos..." Leia -se 10 (dez) anos...";

Onde se lê: "...12/11/2018..." Leia -se: "...01/08/2022..."

Sala das Sessões, em 27 / 07 / 2022

VERª. ANA FLÁVIA RODRIGUES RAMIRO  
PRESIDENTE



ESTADO DE MATO GROSSO

**Câmara Municipal de Colíder**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Emenda nº 001/2022 ao Projeto de Lei nº 116/2022**

**Autor: Ver<sup>a</sup> Ana Flávia Rodrigues Ramiro - presidente**

**“Emenda Modificativa**

1. No artigo 3º do projeto de Lei nº 116/2022, que altera o art. 3º da Lei nº 3.015/2018: ...

Onde se lê: “...04 (quatro) anos...” Leia -se 10 (dez) anos...” ;

Onde se lê: “...12/11/2018...” Leia -se: “...01/08/2022...”

PARECER,

Analisando a EMENDA acima mencionada, o seu aspecto jurídico constitucional, esta Comissão manifesta Parecer favorável à sua tramitação.

É o parecer sub censura.

Colíder-MT., 01 / 08 /2022

Presidente - VER. EULER BORGES

Vice-presidente - VER. RIKAMATOS

Relator - VER. MARCELO CANOVA